

Bancos vão liberar

ECONOMIA • 17

US\$ 4,6 bi este ano

Telefoto de Sérgio Moraes

BRASÍLIA — O Governo e os bancos credores chegaram a um acordo sobre a liberação do empréstimo de US\$ 5,2 bilhões, que será concedido ao Brasil dentro do esquema de renegociação da dívida externa. Do total do empréstimos, US\$ 4,6 bilhões serão liberados este ano, em duas parcelas, sem vinculação com os desembolsos feitos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os restantes US\$ 600 milhões, que serão liberados no primeiro trimestre de 1989, dependerão do cumprimento das metas do programa de ajustamento acertadas com o Fundo.

Se o Brasil descumprir as metas de desempenho fixadas para dezembro deste ano, os bancos decidirão, em votação, se suspendem ou não o desembolso. Para a conclusão das negociações, falta definir agora a questão do arresto (expropriação temporária) das reservas e bens brasileiros, em caso de nova inadimplência.

Ao anunciar ontem o acerto em torno dessa questão como uma vitória do Governo brasileiro — pois, segundo informou, foi a primeira vez que um país consegue obter recursos dos bancos credores sem vinculação total e automática com os desembolsos do FMI —, o Ministro da Fazen-



Mailson: só falta definir o arresto

da, Mailson da Nóbrega, explicou que, caso o Brasil deixe de cumprir as metas do programa de ajustamento, poderá pedir ao Fundo a revisão dessas metas, para que não seja bloqueada a ajuda financeira da instituição ao País. Se nenhuma dessas duas alternativas funcionar, os ban-

cos poderão decidir se liberam ou não a parcela final dos seus empréstimos, mediante aprovação dos credores que detêm 85% da dívida brasileira.

— Não haverá suspensão automática dos desembolsos pelos bancos, relativa à terceira parcela — afirmou o Ministro da Fazenda.

Ele ressaltou que, nas duas primeiras parcelas do financiamento dos bancos, o Brasil sequer precisará cumprir as metas acertadas com o FMI. “O processo da votação é totalmente inovador”, avaliou Mailson, ao considerar que os acordos de rolagem da dívida externa feitos pelo Governo têm sido aperfeiçoados cada vez mais.

Há 15 dias, os negociadores oficiais do Brasil, Conselheiro Sérgio Amarel e o Diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, retornaram ao País, diante do impasse referente à vinculação dos desembolsos. O Governo brasileiro queria eliminar qualquer tipo de relação entre os desembolsos do FMI e dos bancos, e estes queriam vincular todas as parcelas. A solução, desta forma, atendeu aos dois lados, sendo que dos US\$ 5,2 bilhões obtidos pelo Brasil, só US\$ 600 milhões estarão vinculados.